



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 071

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE JUNHO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Luiz Claudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>Partido Democratas</i>	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Mello</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i>	<i>Douglas Fabrício</i>
<i>Bloco PSB/PRB/PV</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>Bloco PTB/PR</i>	<i>Jocelito Canto</i>

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 071

65ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Pequeno Expediente:

Dep. Marcelo Rangel 03

Dep. Plauto Miró 03

Dep. Jocelito Canto 04

Dep. Ribas Carli Filho 06

Dep. Cleiton Kielse 08

Grande Expediente:

Dep. Stephanes Júnior 10

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 04

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Ribas Carli Filho 06

Liderança do PMDB

Dep. Cleiton Kielse 09

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final 11

Encerramento da Sessão 13

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 13

Diretoria Geral

Portarias 14

DIÁRIO Nº 071

65ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Edgar Bueno e Duílio Genari.

Presenças:

Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto

Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Osmar Bertoldi e Reni Pereira (08).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Felipe Lucas e Elton Welter (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há expediente a ser lido.

O Sr. Presidente concede a palavra, no horário do Pequeno Expediente, ao Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria muito de ter falado nas Explicações Pessoais, mesmo porque o calor do debate estava tão intenso, não é verdade Deputado Duílio Genari? E talvez alguns Parlamentares acabaram se exaltando. E na verdade fui atingido com uma palavra que não condiz com a realidade. Até perdão o Parlamentar, perdão o Deputado, mas gostaria de deixar extremamente claro que eu sou católico, religioso, me renovo na esperança todos os dias. Não sou como falaram aqui na Assembléia Legislativa, ateu, em hipótese nenhuma. Portanto, só gostaria de deixar extremamente claro porque na verdade, como é transmitido ao vivo através da televisão, isso até pode ganhar repercussão e eu não gostaria, porque sou extremamente religioso, eu, toda a minha família, a minha esposa, os meus pais, os meus irmãos, que eu tenho tanto orgulho, são religiosos, muito religiosos.

Agora, com relação ao documento que apresentamos, um requerimento pedindo um documento oficial timbrado do Governo do Estado do Paraná sobre um compromisso que foi muito explorado através de discursos na Assembléia Legislativa nessa semana, fiquei na dúvida, porque houve apenas um compromisso oral, mas não se inscreveu, não houve a chancela. Nessa semana o discurso do Governo era de que o vestibular do curso de Medicina iria acontecer ainda este ano, ainda em 2008. Fizemos o requerimento pedindo a chancela do Palácio mas, não veio uma resposta positiva por parte da Bancada do Governo, nós perdemos o requerimento. E eu na verdade, antes até propus para retirar o requerimento para que os três Parlamentares pudessem assinar esse compromisso. Também não veio esse compromisso assinado aqui da Assembléia Legislativa.

Então, me preocupa muito, me preocupa realmente como Parlamentar, como cidadão, porque estamos às vésperas das eleições, as eleições vão acontecer dentro de alguns meses. Um pronunciamento de promessa é na verdade para angariar votos. E eu gostaria muito de ter a certeza de que isso iria acontecer, mesmo porque é uma batalha nossa, desde o primeiro momento em que cheguei aqui na Assembléia Legislativa estamos batalhando praticamente toda semana falando sobre esse assunto. Agora, o Deputado Nereu Moura fez um discurso muito contundente, mas ele me alegrou demais, porque não existe elo-

gio maior para mim, como representante dos campos gerais, quando Presidente, quando os Deputados, até mesmo outros Parlamentares de outras cidades falam sobre a cidade que eu nasci, que é a cidade de Ponta Grossa. Eu já ouvi várias e várias vezes os Parlamentares dizendo: “Mas todas as discussões envolvem sempre a cidade de Ponta Grossa. Como falam os Parlamentares daquela cidade.” Fazem até brincadeira dizendo que a Assembléia Legislativa está se tornando uma Câmara Municipal de Ponta Grossa. Esse é o maior elogio que eu poderia receber, porque fui eleito para fazer isso, para defender aquela cidade e todas as cidades dos campos gerais.

Falava isso, falava que iria subir na tribuna e falar naquele microfôninho, microfone que considero o mais importante do estado do Paraná, para defender que a nossa região tenha a mesma atenção que as outras regiões do estado do Paraná.

Quando falam que nós de Ponta Grossa falamos muito, que brigamos bastante, que as discussões são centralizadas para a região dos campos gerais, eu me encho de orgulho, porque estou trabalhando a contento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na última semana estivemos nesta tribuna e salientamos o protesto que a Via Campesina fez no nosso país. Foi em 13 estados da nossa federação. Que forma de protesto? A Via Campesina estava representando, na maior parte, segmentos que defendem a terra, questão relacionada à reforma agrária. O protesto, na minha avaliação, sempre que é feito é legítimo. O interessante é a forma como a Via Campesina fez esse protestos.

Vou citar alguns pontos: eles invadiram usinas hidrelétricas; áreas de eucaliptos da empresa Votorantin; destruíram áreas de pesquisa de cana, que a universidade de Pernambuco estava desenvolvendo; fizeram invasões em supermercados; paralisação de rodovias. Protestaram contra a construção de uma usina de álcool e também contra as multinacionais. Esses foram os protestos que a Via Campesina fez. Alguns tipos de ações não tinha nada a ver com relação à terra. E sim confronto ideológico, onde se defendia, através das lideranças das entidades que estavam representadas na Via Campesina, uma linha ideológica contrária àquela que vivemos no Brasil e no próprio planeta Terra.

Qual será o real interesse dessas lideranças? Tem algo por trás de tudo isso. Eu me questionava e, depois que fiz o pronunciamento nesta Casa, dois dias depois

acabei descobrindo qual o real interesse. A Via Campesina pautou uma série de reivindicações ao Presidente Lula, ao Governo Federal, foram 13 propostas. Interessante que 13 é o mesmo número do PT, mas não tem nada a ver. Vou ler os principais pontos dessa proposta: vejam a Via Campesina protestou contra o reflorestamento de eucalipto, dizendo ser vegetação exótica e não vegetação nativa.

Mas vejam o que ele pediram: criação de um programa de reflorestamento, cada família camponesa ficaria responsável por plantar dois hectares de reflorestamento. Implantação de uma linha de crédito para reflorestamento. Criação de um programa de educação ambiental; criação de programas de produção de agroenergia e de energias renováveis - a usina de álcool que eles protestaram vão produzir uma energia renovável, natural; criação de programa de água para todos; criação de um programa de habitação camponesa; criação de programas de produção de semente; implantação de um programa de assistência técnica - no Paraná temos a EMATER e outros estados outros órgãos, que fazem a extensão rural, que é a assistência técnica aos pequenos produtores; a retomada da desapropriação da reforma agrária; regularização de reservas indígenas; aplicação imediata da tarifa social de energia elétrica; proibição da venda de terras para empresas estrangeiras.

O que mais me chamou a atenção é que entre os 13 itens, está aqui a ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos, para R\$ 1 bilhão. Para mim está respondida a pergunta que eu fazia: qual será o real interesse dessa pressão? Ficaram para mim os reais interesses que as Lideranças da Via Campesina fazem. Eles sempre têm um grande objetivo por trás de tudo isso e usam as famílias menos favorecidas, com menos condições, como uma massa de manobra. Mas no final de tudo tem um grande interesse pessoal, na minha avaliação, com certeza, de poucos Líderes que fazem frente nesses movimentos sociais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto, por cinco minutos.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidenta, Srs. Deputados, aqui fala mais um representante da república de Ponta Grossa, dos campos gerais.

Acompanho aqui os pronunciamentos de hoje e confesso que estou muito feliz. Vamos ficando mais velhos, vamos aprendendo mais, atingimos um pouco mais de experiência e vamos entendendo que é preciso dar mais valor às coisas boas do que às ruins. Fiquei alegre ao saber que o Líder da Oposição, com quem tenho debatido muitas vezes, aqui, Deputado Valdir Rossoni,

me disse com orgulho que morou no Seminário Verbo Divino e que aprendeu muito lá. Veja, Deputado Chico, que o Governo tem uma política social que chega até ao Líder do Governo, porque no seu passado, quando jovem, se utilizou daquele seminário para ser o que ele é hoje, aqui, o Líder da Oposição. Nos velhos tempos dos Padres do Verbo Divino.

O que quer o Governo neste momento? Quer salvar, recuperar aquele seminário que está fechado, que é um monumento histórico da história de pessoas como o Valdir Rossoni e de outros meninos que passaram por lá, que se formaram. Hoje se vê um patrimônio de 50, 60 anos de construção parado. O Governo recebe um pedido de um Deputado, que leva as fotos ao Governador e ao Secretário, e que consegue no dia de hoje que o Governador vá até lá e veja o que ele tinha visto por fotos. Que aquele começo da vida do Líder da Oposição, Deputado Rossoni, lá no seminário, vai voltar a acontecer pela Secretaria da Educação, onde o Governador acaba de anunciar que vai fazer um programa especial de educação, nos moldes daquele que ensinou o Deputado Rossoni.

Então, esse Governo tem um caminho decidido e que nos anima. Anima o Deputado Péricles, o Deputado Jocelito, Marcelo Rangel, Plauto, porque o seminário que está lá quase parado vai voltar a fazer brilhar os Líderes, porque a política do Governo é dedicada a pessoas que possam, num futuro, ser até Líderes, e discutirem, divergirem, como faz o Deputado Rossoni aqui. Fiquei feliz em saber que o Líder da Oposição aprovou a compra do seminário, que o Líder da Oposição ficou algum tempo naquele seminário, conhece até mais que eu, falou do túnel, da piscina, das andanças pelo seminário. Esse Governo não está muito longe do que quer o Deputado Rossoni. Fiquei feliz com isso.

Quanto à questão de hoje em Ponta Grossa, acho que não temos que ficar brigando aqui. Queria soltar uns foguetes, porque acabou, terminou, porque o Governador Requião se convenceu que o caminho é este.

Deputado Plauto, V. Exa. tem seus méritos. Quando o Requião cortou, briguei, disse que ele estava errado.

Passa a usar o horário da Liderança do PTB

Dizia que estávamos errados. Nós brigávamos, mas o resultado está aqui hoje, Deputado Romanelli. Vamos comemorar, aplaudir. Vou voltar orgulhoso para Ponta Grossa, hoje. O homem acabou de subir num local público. Estou convencido de novo, o curso de Medicina volta. Vou ficar com a atitude boa do Requião, que é a volta. O passado foi embora. Vamos pensar daqui para frente. Vamos trabalhar para que realmente no final do ano, como está lá protocolado pela universidade, aquela Comissão que o Governo nomeou, faça o primeiro curso de 40 alunos como determina a lei. O hospital-escola.

Não vamos discutir A e B. Vamos partir para o abraço, o orgulho de receber o nosso curso de Medicina de novo. Vamos nos somar às pessoas que ficaram tristes quando o curso saiu. Vamos juntar os cacos dessa briga e vamos construir algo novo. Está tudo certo. Está lá a documentação. O dinheiro, é 12 milhões que precisa. É pouco dinheiro para o Governo do Estado. O hospital está lá, orgulhoso, feliz da vida. Vamos agora pensar no dia de amanhã, vamos conclamar os jovens do Paraná para fazerem o curso de Medicina em Ponta Grossa. Vamos preparar os meninos e meninas para cuidar dos nossos filhos daqui a 15, 10 anos, nos bairros de Ponta Grossa e nas cidades do Paraná e do Brasil. É isto que interessa.

O Governador foi muito feliz hoje. Ele foi a Ponta Grossa, anunciou, confirmou aquilo que já tinha dito a nós, que eu disse outro dia aqui, ele foi a Ponta Grossa, pegou um seminário que está praticamente fechado e vai abrir, Deputada Presidente, vai abrir uma casa de educação para jovens, aqueles jovens que sofrem muitas vezes jogados, porque não conseguem um lugar para serem educados o tempo inteiro. Vem aí uma grande escola que está sendo preparada lá nesse seminário que eu ousei um dia conhecer e achei uma maravilha. E eu não estava errado. O Governador gostou, o Secretário gostou, todo mundo gostou, todo mundo aplaudiu e agora vai começar a documentação. Claro que vai demorar alguns dias. É algo particular, dos Padres, que vai vir para o estado. Vai demorar um período, mas temos o ano inteiro para terminar isto, para o ano que vem, quem sabe. É uma reforma simples, uma pintura, alguma coisinha lá.

V. Exa. Deputado Péricles, conhece aquele seminário. Então, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores que nos assistem pela televisão, hoje quero comemorar, vou comemorar sim. Questão de eleição, será Prefeito de Ponta Grossa quem o povo quiser. Quem define é o povo, porque só existe um dia neste mundo, só existe um único dia, Srs. Deputados, senhoras e senhores, só existe um dia em que todos os homens são iguais neste país, neste mundo, um dia. Não é quando nasce. Quando nasce o pobre, nasce muitas vezes nas mãos da parteira ainda, ou a caminho, na ambulância do SIATE ou do SAMU, para o pronto-socorro. Quando morre, não precisa nem falar: o pobre vai lá para aquele cemitério abandonado, sofrido, um caixãozinho caindo, e quem tem mais dinheiro é enterrado onde tem mais coisas bonitas.

Agora, tem um dia em que ninguém tem dois. Esse dia ninguém tem dois. A Deputada Cida Borghetti não tem dois, o Deputado Chico não tem dois, nem o Duílio com os seus quase tantos mandatos aqui, tem dois neste dia. Neste dia só tem um voto. Cada um tem um. Só existe um dia em que todos os homens são iguais. Esse dia é o dia da eleição. Lá o cara tem um, o outro tem um. Ricos, pobres, todos tem um. E ali faz a diferença. Esta frase é minha: Só existe um dia em que os homens são iguais: é o dia da eleição.

Por isso, será Prefeito de Ponta Grossa quem o povo quiser. Vamos comemorar? Vamos comemorar! O

Requião não assassinou ninguém, não cometeu nenhum crime. Ele cometeria o crime, disse bem aqui o Deputado Nereu Moura, se o Requião, no ano passado, anunciasse o curso de Medicina. Ele estava em campanha, aí ele seria criminoso. Mas ele não quis. Fizeram pressão: “Governador, tem que anunciar.” Disse: “Não, não vou fazer isso.” Brigava, brigou com o Deputado Péricles um dia, eu lembro. Brigou. Vários companheiros diziam: “Requião, anuncia.” - “Não anuncio.” Não anunciou. O homem não anunciou. “Não vou fazer isso. Não vou fazer o que eu condenei”. Ele usava a palavra, e não fez.

Então, ele não cometeu nenhum ato de enganar alguém. Ele disse que durante a campanha, no ano da campanha não ia fazer e não fez. Agora, não. Agora vêm os documentos, nomeou uma Comissão, tomou todas as providências, o dinheiro está no orçamento. Agora, sim. Pronto. Começa o curso de Medicina. E é isto que precisamos comemorar.

Vejo aqui o Deputado Carli chorando pelos cantos, Carli Filho chorando que quer o curso de Medicina em Guarapuava, Deputado Carli. Vejo V. Exa. choramingando aqui como um bebê novo: “Cadê meu curso de Medicina?” Já vi V. Exa. várias vezes. Vou torcer pelo senhor, vou torcer. Agora, não temos que brigar mais nada, não! Temos que comemorar! Estamos com o curso de Medicina na porta da nossa casa. O que vamos brigar? Brigar para quê? Vamos comemorar, vamos ser humildes, vamos comemorar a volta daquilo que era um sonho. Acabou a confusão, acabou, vamos à luta! Se o Requião errou, já pagou, perdeu as eleições, mas teve a coragem de perder e não cometeu crime!

Então, tudo menos isso. O que temos que fazer hoje, Deputado Péricles, V. Exa. que é mais conhecedor, mais preparado culturalmente - eu sou meio jacuzão, Deputado Rangel - mais formado, Deputado Plauto também, vamos agora comemorar!

Vamos levar para a nossa cidade o orgulho do curso de Medicina, o orgulho de ter uma escola que será padrão para este Paraná e que vai ter lá como currículo a história de um menino chamado Valdir Rossoni, ali de Bituruna, o jovem hoje cabeça branca de tanto trabalho, mas foi lá no Verbo Divino, em Ponta Grossa, que ele deu os primeiros passos com os Padres daquela escola de formação para ser o que ele é hoje. Lá atrás começou e aquela escola parou, mas nesse momento o Governador vai a Ponta Grossa e diz que vai fazer essa escola que preparou o Deputado Valdir Rossoni!

Então é isso, Sra. Presidente, eu tinha que dizer isso aqui, quero me desculpar mais uma vez com o Deputado Marcelo Rangel, sou católico também, não muito praticante, mas acredito muito em Deus, Ele me dá tudo que tenho. Jamais pensaria que V. Exa não teria a alegria de ser de Deus, todos nós somos de Deus, ninguém não é de Deus aqui, uns mais, uns menos, um chora, um canta, um grita, outro apenas fala com Deus, mas Deus está presente a cada dia e principalmente quando comemoramos a vitória da Educação, com o seminário que é dos Padres

e quando comemoramos aquilo que sonhamos todos: Verbo Divino e o nosso curso de Medicina que volta à cidade.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, Deputado Fernando Carli Filho.

Deputado Ribas Carli Filho (PSB)

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Continuo aqui o pronunciamento, bem lembrado pelo Deputado Jocelito, que nós esperamos sim que o curso de Medicina que também foi desautorizado para Guarapuava, da mesma forma que foi tirado de Ponta Grossa e agora está sendo devolvido, que o Governador Requião possa ser benevolente também com o nosso município. Um município que polariza a região, mais de 500 mil habitantes na região central do Paraná e eu luto sim, esta é uma das minhas bandeiras aqui nessa Casa: que possamos ter o hospital regional, que possamos retomar o curso de Medicina para a Universidade do Centro-Oeste, da nossa cidade para atender toda aquela região. Nós lutaremos por isso! Queremos também parabenizar Ponta Grossa por essa conquista que, independente de onde tenha vindo, é uma ação positiva que vai beneficiar toda aquela comunidade, aquela cidade e os campos gerais.

O tema central do meu pronunciamento hoje, é retornar aqui a PEC que foi ontem votada nessa Casa. V. Exa., Deputado Jocelito, falou que o Governador Requião não cometeu nenhum crime, não assassinou ninguém, mas assassinaram a Constituição da República Federativa do Brasil! A nossa Constituição no dia de ontem foi assassinada nesta Casa de Leis e V. Exas. sabem disso.

Hoje em matéria de um grande jornal aqui do nosso estado, especialistas afirmam inconstitucionalidade da proposta, a inconstitucionalidade da matéria, vendo que a PEC não segue o princípio da simetria da Constituição Federal. Portanto, ela é inconstitucional. Não sou eu que estou afirmando, são especialistas. Fere também a autonomia dos municípios. Por sua vez no artigo 170, também fere a cerceia a livre concorrência entre as empresas. A livre concorrência, essa pregada pelos vanguardistas, pregada no século XXI em que estamos nos globalizando, em que temos informações instantâneas e ligações com o mundo inteiro. De repente, no estado do Paraná, estamos na contramão, quando abrimos as portas para as concorrências, quando o mundo inteiro fala em livre concorrência, em livre arbítrio, em direito para todos, aqui no estado do Paraná começam a cercear o direito a livre concorrência.

Fica aqui a minha indignação, a minha posição mais uma vez marcada, Srs. Deputados, a minha opinião

formada da grave inconstitucionalidade que foi aprovada ontem nesta Casa de Leis.

Digo mais, estou preparando e quero convidar V. Exas., quem for de opinião favorável e seguir minha opinião, entrarei, quando essa Proposta de Emenda Constitucional for promulgada, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade aqui no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Não posso, não aceito, não admito que a Constituição da nossa república, que a Constituição do nosso estado sejam feridas, sejam usurpadas, sejam assassinadas, da forma como foi feito no dia de ontem. Isso não pode acontecer.

O Deputado Caíto Quintana, na data de ontem afirmou e hoje está transcrito no mesmo jornal, que se afirmam inconstitucionalidade por especialistas, de que se houver inconstitucionalidade isso deve ser discutido nos Tribunais e não na Assembléia Legislativa.

Ora, Srs. Deputados, se não é a nossa prerrogativa discutir a constitucionalidade de matérias com uma Comissão especialmente formada para isso, então qual será, se nós Deputados Estaduais não podemos legislar sobre a constitucionalidade de matérias e de projetos de leis?

Sra. Presidente farei uso do horário do Bloco PSB/PRB/PV.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Mais 10 minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Se não podemos legislar sobre a constitucionalidade sendo os guardiões desta Constituição, aqui no estado, qual será a nossa função? Então nos cerceando, estão tirando as nossas prerrogativas. A cada dia que passa já são menores nesta Casa de Leis. No momento em que uma emenda constitucional de extrema importância passa por esta Casa, ela é aprovada com dupla inconstitucionalidade, ferindo mais do que uma vez, duas vezes em artigos diferentes a Constituição da República Federativa do Brasil.

Fiquei como um Deputado de 1º mandato que tenho tentado seguir de uma forma coerente, com posição. Tenho estudado nas Comissões desta Casa, tenho lido a Constituição, o Regimento Interno, fiquei realmente chocado ao ver uma proposta como essa ser aprovada por 38 votos a seis. Ressalvando aqui o meu voto contrário e alguns Deputados que aqui estavam, o Deputado Elio Rusch, o Deputado Durval Amaral, o Deputado Plauto Miró, que foram contrários obviamente a uma proposta - não nos cabe legislar da competência dos municípios. Legislar sobre essa questão compete aos municípios do estado do Paraná essas atribuições, da mesma forma como fere a concorrência, a livre concorrência das

empresas, a livre concorrência que existe num estado democrático de Direito.

Quero parabenizar os Deputados que nos apoiaram, discursaram e que tentaram. Ontem fiz algo inédito, no mesmo dia. Duas vezes subi a esta tribuna: uma vez durante uma discussão e a segunda vez para encaminhar uma votação. Li e reli mais de uma vez. Duas, três, quatro vezes, os artigos que estavam indicando a inconstitucionalidade da matéria. Não foi possível. O Governo simplesmente votou e aprovou a Proposta de Emenda Constitucional.

Esta incoerência vai ser contestada na Justiça. Nós poderíamos, de uma forma coerente, clara e inteligente, ter trabalhado, ter legislado, porque esta sim é a nossa prerrogativa: tratar da constitucionalidade, nesta Casa, e ter derrubado esta proposta. Isto não aconteceu.

Fica aqui a minha posição de que uma Ação Direta de Inconstitucionalidade vai ser trabalhada e impetrada aqui no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Aparte**)

Quero parabenizar V. Exa. O senhor é um Deputado jovem, de 1º mandato, mas que tem se aprofundado nesta PEC que a Assembléia Legislativa está analisando neste momento. A 1ª votação aconteceu no dia de ontem. Vamos passar cinco Sessões e teremos a 2ª votação desta PEC. E pelo que percebemos aqui na Casa, ela deve passar também na 2ª votação, sem maiores problemas para o interesse do Governo do Estado.

Mas, cabe a nós, Deputados, interpretar, tanto os Deputados que votaram a favor como os que votaram contra, a constitucionalidade. E V. Exa., quando encaminhou ontem, nós, o Deputado Valdir Rossoni, enfim, os Deputados da Oposição que encaminharam, não conseguimos mostrar ou convencer os Deputados que tinham a tendência e votaram a favor desta PEC.

Primeiro, temos que deixar bem claro, tentaram misturar a SANEPAR com a COPEL, BANESTADO, pedágio, fizeram um calhamaço e não era nada disto o que estávamos discutindo. Estávamos discutindo apenas a retirada da palavra preferencialmente, no parágrafo 3º, do artigo 210-A.

O estranho de tudo isto é que o Governo do Estado, em 2004, manda uma PEC nº 083 para a Casa. Essa PEC, quando foi entregue para uma Comissão Especial, esta Comissão Especial entendeu que se a Assembléia fosse aprovar na sua originalidade, como queria o Governador do Estado do Paraná, era inconstitucional. Acharam uma palavra chave, que poderia ser aprovada, exatamente esta palavra: preferencialmente. E teve sua legalidade e constitucionalidade.

Agora, porque tirar “preferencialmente”? Tira totalmente a autonomia dos municípios. Quer dizer, V. Exa., Deputado Carli, vai ser Prefeito em Guarapuava e terá autonomia para legislar sobre as questões legais, sobre saneamento e água. Porque não é só água, é saneamento básico que está se discutindo. Pode-se legislar

sobre isto no seu município, desde que possa, única e exclusivamente, abrir a licitação, a concessão, para empresas públicas.

Ora! Se a SANEPAR é uma empresa altamente competente e seus técnicos qualificados, como é que a SANEPAR vai querer perder uma concorrência para uma empresa privada? Tem que mostrar competência!

Estamos ferindo princípios, intervindo, há uma invasão de competência nos municípios. E V. Exa. diz, com muita propriedade, tenho certeza absoluta, o jornal Gazeta do Povo e outros, no dia de hoje, já trazem estampado, reproduzem algumas matérias já produzidas no dia 9 de maio com especialistas, com constitucionalistas, com pessoas da OAB que entendem profundamente e todos são unânimes em dizer que essa PEC é inconstitucional e vai cair com toda certeza.

Por essa razão, Deputado Carli, quero lhe parabenizar! Que fique registrado nos Anais da Casa que o dia em que a PEC cair aqui no Tribunal de Justiça, ou em outras instâncias, vamos apenas reprimir e lembrar os Srs. Parlamentares aquilo que falamos na Sessão de ontem, o que estamos falando hoje e o que haveremos de falar na 2ª votação da PEC. Parabéns a V. Exa. pelo profundo estudo que fez em relação a essa PEC e, principalmente, em relação ao livre mercado, que não podem ser colocados restrições.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Agradeço, Deputado Elio Rusch!

Quero lembrar aqui que no ano passado a Oposição entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade quando o Governo queria modificar e mexer nos cargos que havia no Executivo por decreto. A ADIN foi ganha, nós vencemos essa Ação Direta, foi uma Ação Direta de Inconstitucionalidade vencida e provamos que estávamos corretos quando subimos a esta tribuna e mostramos o porquê de ser inconstitucional durante as votações. Pois bem, uma nova ADIN será feita em cima da PEC da Água e, quando da vitória dessa ADIN, voltaremos a esta tribuna e vamos mostrar por que ela é inconstitucional. Não foi possível prevenir essa votação, prevenir esse assassinato que houve da nossa Constituição. Então, iremos entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Li também uma citação do Deputado Romanelli no mesmo jornal em que estou fazendo as citações e ele diz que a água é um bem essencial à vida e precisa estar sob a proteção do estado, em uma alusão que a SANEPAR é nossa. Não é dessa forma que V. Exas. encaminham?

Mas, experimentem não pagar a conta de água para ver se a água é cortada ou não da sua casa. Não estou aqui atentando ao mérito, que foi o que V. Exas. fizeram na data de ontem, mas gostaria de atentar à constitucionalidade. Mas não posso me calar quando vejo citações como essa que são feitas na imprensa ou das tribunas.

Gostaria de conceder um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Só para parabenizá-lo! Realmente, o senhor se preparou muito para essa votação. Foram apenas seis Parlamentares que votaram contra a PEC e eu fui um deles, porque defendo a inconstitucionalidade, porque é de responsabilidade de cada município e mais, porque uma lei menor nunca poderá se sobressair à lei máxima do nosso país.

Então, só quero parabenizá-lo pelo seu empenho, pela sua dedicação e pela sua coerência em defender a inconstitucionalidade.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Agradeço o aparte.

Estaremos juntos assinando essa proposta e vamos mostrar, realmente, os lados e a coerência que existe nesta Assembléia e que nós, sim, devemos respeitar a nossa Constituição.

Muito obrigado, Srs. Deputados a Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)**O SR. CLEITON KIELSE**

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna por dois motivos: o primeiro é que tenho insistido, tenho debatido com várias autoridades na área de engenharia, autoridades ligadas ao CREA/PR, pessoas muito mais habilitadas do que este Parlamentar que vos fala, a respeito da Linha Verde, e solicitei ao Presidente do PSDB, Deputado Valdir Rossoni, a Audiência com o Prefeito Beto Richa, para que juntos possamos buscar uma solução a esse projeto, que ao nosso entender, e que hoje com mais de 3 mil e-mails que recebi que estão favoráveis, de associações, de entidades, de pessoas ligadas ao transporte rodoviário, pessoas que transmitam periodicamente dentro da antiga BR-116, hoje BR-476, futura Linha Verde, demonstrando que a absorção não só da nossa idéia, da mudança do projeto em alguns pontos, não no todo, se faz mais do que necessário. E isso tem nos dado realmente uma preocupação paralela, aonde as obras, principalmente nesses pontos que já citamos, em todos os momentos, da mídia, que poderiam ser paralisados até que houvesse um acordo entre as partes, digo, entre a Prefeitura Municipal e o próprio Governo do Estado, para que o Governo do Estado tivesse apenas a autorização de execução da obra, que seriam os viadutos da Salgado Filho, as trincheiras elevadas da Brigadeiro Franco, e as trincheiras elevadas da vila São Pedro.

Estou cada vez mais preocupado, porque as obras que deveriam estar sendo modificadas estão em andamento. E não sei se sou o causador da aceleração até dos próprios empreiteiros que lá estão, mas eles estão bus-

cando trabalhar dia e noite em alguns pontos, demonstrando que, a princípio, não estão aceitando as nossas ponderações. Friso que esta aprovação por parte do Governador Roberto Requião é totalmente vinculada à estrutura da necessidade da mudança da obra, e que ainda hoje, falando com o Dr. Rogério Tizzot, Deputado Stephanes, ele foi muito claro e disse: “Eu consultei mais de 20 engenheiros e todos os engenheiros afirmaram que o seu projeto é o melhor para Curitiba e para a região metropolitana”.

Independente do que venha a acontecer nos próximos dias, estou novamente, publicamente, pedindo ao Presidente do PSDB que venhamos a ter essa Audiência, se possível esta semana, para que na próxima semana tomemos as medidas necessárias. Centenas de pessoas têm me ligado, principalmente pessoas ligadas àquela área de conurbação e conturbação de trânsito, afirmando que muitos pais, se não houver a mudança dentro dessa conturbação de trânsito, vão retirar os seus filhos de alguns colégios lindeiros da Linha Verde, porque não agüentam mais ficar de duas a três horas, no horário de pico, tendo esse conflito, não só entre as pessoas que estão trafegando na BR-476, mas que estão sofrendo a perda de horas e horas, que estão entrando numa linha de estresse extremo, que hoje, por análise da própria revista IstoÉ, o maior drama da sociedade que mora nas cidades de médio e grande porte é o estresse do trânsito.

Queremos buscar essa solução. Uma solução que está à nossa vista, que está autorizada pelo Governador Roberto Requião, que está em fase de possível aplicação desses recursos, este ano ainda, concomitante à obra da execução da Linha Verde, e que não tenho qualquer dúvida que vamos poder realmente utilizar da estrutura do DER, que hoje em Ponta Grossa já licitaram mais 2 mil m2 de pontes que serão utilizadas em dezenas de municípios do estado. Em Curitiba teríamos um investimento extremamente necessário.

Fiz um comparativo com o Deputado Edgar Bueno a respeito das obras que estão em andamento em Cascavel. A mudança que está ocorrendo, a valorização dos imóveis daquela região. A segurança das pessoas que trafegam entre Toledo e Cascavel. Uma cidade que é muito importante, mas que é um quinto da população da cidade de Curitiba. E, se somado aos amigos da região metropolitana, é 10% da população atendida lá, pois são 10 viadutos em término de construção para 16 quilômetros de rodovia.

Essa linha de conflito que alguns estão ponderando, que não se pode alterar uma concessão federal. Consultei a Procuradoria da República, o Ministério Público e podemos alterar uma concessão de uma obra que não está dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal e administrativa, quando essa obra tem aplicação de recursos de uma maneira errônea à sociedade. Ou que não traga a satisfação administrativa e de engenharia que todos conhecemos.

Essa matemática política que estamos fazendo, faz parte de um conjunto de ações que estamos vendo dentro do Governo Federal.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

O Governo Federal está executando obras. Citando um caso: em Ibaiti, uma cidade de 35 mil habitantes, foram construídas lá três trincheiras interligando as duas cidades. Trincheiras que estão trazendo segurança. Não tivemos mais nenhum atropelamento em Ibaiti.

E infelizmente, com esse alargamento da Linha Verde, está se agravando, e muito, a questão da segurança na BR-476. Alguns comerciantes têm me ligado, alguns têm vindo ao meu gabinete, estão engrossando as fileiras, até acima do que esperávamos, estamos tendo o aval técnico de engenheiros, aval jurídico dos ambientes que temos passado e temos convocado. Infelizmente a URBS não tem tido a presença física, e muito menos, tem dado resposta à estrutura necessária. Simplesmente não tomaram conhecimento.

Digo, na última quarta-feira, tivemos um congestionamento que ambulâncias ficaram travadas na BR-476. Pessoas perderam vôos, por causa de um acidente de um veículo. Um veículo só que atravessou na BR e, pela dificuldade de trânsito que temos ali, onde não temos nenhuma trincheira e nenhum viaduto, algumas pessoas ficaram até três horas para atravessar o percurso de 10 quilômetros. Três horas, isto é, levaram uma média de três quilômetros por hora. E a média horária que eles querem aplicar na Linha Verde é de 60 quilômetros horários. Mesmo depois dela terminada, digo que não teremos a média horária de 30 quilômetros por hora.

Para atravessarmos, 22 quilômetros vamos levar no mínimo 40 a 50 minutos. É o mesmo tempo que temos para ir a Paranaguá no dia de hoje. Quem sai de Curitiba em direção a Paranaguá leva 50 minutos. Hoje vamos ter quase esse mesmo tempo, para cruzarmos a Linha Verde. Isso que ainda não entraram os ônibus biarticulados, ainda não entraram as estruturas de esporte, que estão alegando necessárias. Digo que não são necessárias. Como vamos ter um campo de futebol entre pistas ou quadras de esportes entre pistas, imaginem vocês, mulheres, dentro da Linha Verde e de repente uma bola cai na BR-476. A poluição que estamos tendo, que não é uma brincadeira que estamos fazendo, aqui, é uma movimentação com muita responsabilidade, visualizando que o investimento necessário neste momento não chega à casa dos R\$ 20 milhões e soluciona o trânsito neste momento na BR-476.

Tenho insistido, tenho recebido o apoio dos Prefeitos da região metropolitana, independente se são apoiadores nossos ou não na questão política, mas imagino que o reflexo disso, V. Exas. também saibam. O Deputado de Campo Mourão, sabe o quanto aquele contorno beneficiou a cidade, o quanto é importante para a cidade a retirada dos caminhões do centro, mas que tivessem sido feitos

dentro do plano da cidade uma BR, como temos aqui e o fluxo é imensamente maior do que o fluxo em Curitiba, do que o trânsito em Campo Mourão. Temos aqui um trânsito, de 2006 para 2007, de 80 mil veículos por dia. Deputada Cida, a projeção é de chegarmos em 2010 a 100 mil veículos por dia, em uma avenida com 16 sinaleiros. Hoje temos 11, vão fazer mais dois até o final dessa primeira etapa. Mas serão 16 sinaleiros até o final da obra.

Acho que é um grande erro, primário, de engenharia, de arquitetura, de investimento, que tira uma preocupação que busquei desse entendimento, mas que pode ainda ser contornado. É apenas termos uma autorização formal da Prefeitura e da URBS, para buscarmos esse entendimento. O DER está orçando as obras. Pedi oficialmente ao DER que faça o orçamento das obras, Deputado Praczyk, obras que V. Exa. que atravessa muitas vezes ali e sabe das Igrejas que estão do outro lado da BR, que a separação de Curitiba está cada vez maior. Vamos ter daqui dois anos duas Curitiba: a Curitiba do lado norte e a Curitiba do lado sul. Para você interligar as duas Curitiba levarão no mínimo de 10 a 15 minutos, por fase de travessia, tornando o stress do dia-a-dia - não estou falando do horário de pico, estou falando do horário normal sem qualquer movimento maior e sem chuva.

Nesse último congestionamento, estou sensibilizado, porque nunca recebi tantos e-mails na minha vida, outras mensagens, cartas e associações. O SINFRETIBA - Sindicato dos Transportadores, de grande porte de Curitiba está no movimento em São Paulo - São Paulo não pode parar. Estive em São Paulo e presenciei o que está acontecendo lá. Quero dizer uma frase bem clara: Curitiba não pode parar, independentemente da questão política. Não tenho qualquer vaidade em trazer soluções nesse aspecto. Mas tenho certeza, que Curitiba e região metropolitana - quem é motorista e conhece Curitiba sabe do que estou falando - sabe que estamos buscando a solução. Pontualmente, foram liberados 16 milhões do Governo do estado, para esse tipo de revitalização da Linha Verde. Mas que a posteriori, queremos numa parceria entre a Prefeitura de Curitiba, o Governo do Estado, o Governo Federal termos um posicionamento maduro, sem rivalidades políticas. Sem a infantilidade de dizer que o Kielse quer prejudicar este ou aquele. Pelo contrário, quero tirar do currículo do Beto Richa, um grande erro que estão cometendo na BR-476. Não sou eu que estou falando isso. São mais de 1.000 pessoas, diretamente ligadas a área de trânsito que estão nos mandando informações diariamente.

Por isso, encerro agradecendo a postergação do nosso tempo a nossa Presidente.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Encerrado o horário do Pequeno Expediente, passa-se ao horário do Grande Expediente, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Muito obrigado Sra. Presidente Cida Borghetti, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Vou abordar um tema diferente que é a CEASA. A CEASA passou por situações difíceis nos últimos anos. E especialmente o mercado do produtor que é no local da CEASA, que tem aproximadamente 4 mil e 300 produtores cadastrados, que produzem de tudo. De hortaliça, frutas, legumes, produzem lá. Até acebola eles produzem.

Há anos não fazem uma reforma no local. Eu diria que com a arrecadação que eles têm, mensal, essa minha preocupação, arrecadam mensalmente quase R\$ 100 mil. Porque cada caminhão que diariamente para lá, paga R\$ 15. A média diária é de 250, 300 caminhões por dia. Eles não conseguem nem fazer a limpeza do bueiro que custa R\$ 400. É um absurdo o que acontece lá.

É muito importante o mercado do produtor. É ele que garante o escoamento da produção de toda região metropolitana de Curitiba e de Curitiba. Diria Fazenda Rio Grande, São José dos Pinhais, Araucária, todos que produzem vendem nesse local. E hoje, o piso está destruído; as colunas amassadas; os pátios para estacionamento deteriorados, não há segurança. E com a arrecadação mensal de R\$ 100 mil, como não se faz uma reforma lá? Como não se faz dedetização lá?

Já conversei com o Presidente da CEASA, o Dr. Antonio de Mello e também com o Secretário da Agricultura, o Bianchini e nada foi feito. Por isso estou vindo na tribuna, porque está na hora de alguém tomar uma atitude. Estamos falando de 4.300 produtores que garantem o sustento de 20 mil pessoas diretamente e que tem uma arrecadação mensal gigante e não consegue nem R\$ 400 para desentupir as galerias pluviais. Ou seja, está uma vergonha a CEASA. Arrecadação eles têm.

Então, queria publicamente pedir que se faça alguma coisa. Que o Presidente tome uma atitude assim como o Secretário exija da CEASA que se reforme, se ajude os produtores rurais.

A Protiba que é a entidade que existe da associação, poderia ajudar nesse processo, os Gerentes locais de mãos amarradas. Há necessidade da pavimentação, iluminação do estacionamento, da construção de uma cisterna, do aumento do número de banheiros, quando chove alaga de ficar meio metro, eles chegam de madrugada lá, é complicado até a relação entre a entrada da mercadoria, a briga de nota fiscal, o produtor levou de um, mas foi o caminhão do outro, coisas que às vezes o bom senso resolveria. Mas, o fato é que a CEASA está de pontacabeça, já há algum tempo. Passou por situações difíceis no início do Governo e agora de novo.

Então, queria pedir que esta Casa, todos se somem nisto. Acho que os produtores rurais de São José dos Pinhais vão ficar muito gratos se o Chico Bühner entrar no assunto, Araucária, se a Rosane entrar, toda a região

metropolitana há Vereadores que defendem e que precisam do apoio de vocês.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Obrigada, Deputado Stephanes. No início do ano passado fui procurada pelos produtores de hortifrutigranjeiros de Araucária exatamente trazendo as questões colocadas por V. Exa.

Na oportunidade, conversei aqui com o Deputado Caíto Quintana sobre os problemas e fomos até o Vice-Governador, Orlando Pessuti, conversamos sobre os problemas da CEASA, depois fomos até a Coordenadoria Geral, e havia, me pareceu, uma vontade de que as coisas acontecessem e, realmente, tudo está do mesmo jeito como o senhor fala.

Então, é muito importante o seu pronunciamento. Quero me somar a ele e quero fazer das suas palavras as minhas palavras.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Stephanes, ouvindo atentamente o seu pronunciamento, entendo a sua preocupação e pode contar com meu apoio com relação a ajudar, não só a cobrar o Governo do Estado, mas também o Governo Federal.

Agora, V. Exa. é filho do Ministro. V. Exa. tem um canal aberto com o Governo do PT, que seria o Ministro da Agricultura, que vem fazendo um bom trabalho para a agricultura do Brasil, poderia ser parceiro para resolver o problema da CEASA aqui do Paraná, de Curitiba e também de Maringá que também sofre alguns problemas que fica pertencendo mais próximo a minha região.

E o Secretário da Agricultura também que é do Governo Lula, que é do PT, que poder ser um parceiro seu nessa empreitada. Mas conte comigo para ajudar a cobrar tanto do Governo Estadual quanto do Governo Federal.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

É, mas o Governo Federal, neste caso, não administra a CEASA. Ele até fez uma emenda que vai ser liberada acho que até o final do ano para a Secretaria de Agricultura, para a CEASA, mas a administração é do Governo do Estado e a CEASA tem uma autonomia e tem uma verba só para a área dos produtores rurais de mais de R\$ 100 mil por mês e não se gasta R\$ 10 lá, não consigo entender isso. Nem dedetização há anos não é feito e teoricamente essa verba de R\$ 15 por caminhão diário, que dá entre 3 mil e 500 a R\$ 4 mil por dia, o que dá mais de 100 mil por mês, tinha que ser usado lá. Nada é usado lá. Não fazem nada.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Stephanes, hoje foi muito bem lembrado porque a CEASA já é uma reivindicação há bastante tempo. Todos sabemos que atende a grande região metropolitana hoje de Curitiba e atende os interesses da nossa comunidade.

Mas os agricultores aqui da região, tanto de São José dos Pinhais, Colombo, Mandirituba, Tijucas do Sul, Araucária, têm uma necessidade muito grande e a sua reivindicação é muito justa. Mas, acredito o seguinte, que todos nós também temos obrigação de conversar com o Secretário Bianchini, que no meu ponto de vista é um grande Secretário, tem feito um grande trabalho, um trabalho muito bom desenvolvendo na Secretaria de Agricultura, e eu tenho certeza que nós juntos podemos estar lá reivindicando.

Até me coloco à disposição, de marcarmos uma agenda com o Secretário e irmos lá conversar para ver o que podemos colaborar, ajudar o nosso agricultor aqui da região metropolitana.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Obrigado, Deputado Chico Bühner. Na realidade, também concordo que o Secretário Bianchini é um bom Secretário. Quero que ele tome uma atitude, apenas isto, porque não pode deixar como está hoje, a CEASA como um todo, mais especificamente o mercado produtor.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Reinhold Stephanes, sei da sua responsabilidade e acima de tudo da sua competência como Deputado, como Vereador da cidade de Curitiba e como Secretário de Estado que já foi e V. Exa. traz na Sessão de hoje, um relato, para não dizer mais uma denúncia, envolvendo algum órgão do Governo do Estado. Lembro que a CEASA foi objeto de debate, de discussões aqui na Casa, quando houve já denúncias envolvendo a administração da CEASA.

Este Governo, me parece, sou suspeito em falar isso porque sou Oposição, mas me parece má gestão da administração em determinados órgãos do Governo do Estado. Não conheço profundamente a questão da CEASA, a sua composição administrativa, mas sabemos a responsabilidade que o Governo do Estado tem com os agricultores, com aqueles que produzem os produtos que possam ser comercializados e colocados à disposição dos consumidores nos mercados onde o CEASA fornece esses produtos. E estes nossos agricultores, as pessoas que puxam esta produção não podem ficar sem assistência! Resumindo numa frase: acho que é mais uma da má gestão do atual Governo.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Não vou nem entrar nesse mérito, apenas a minha preocupação com os agricultores, pessoas humildes que

normalmente levantam às 2h da manhã, às 4h estão no CEASA para às 5h da manhã estarem comercializando seus produtos. É um pessoal que tem as mãos calejadas de tanto trabalho, é um pessoal que merece nosso respeito e merece ser ajudado, sem cor partidária. Na minha opinião o problema é de vontade, por isso peço ao Secretário, publicamente, que tome uma atitude.

Queria abordar o tema sobre a PEC das águas que votamos ontem. Escutei atentamente o Deputado Fernando Ribas Carli e eu concordo com ele em algumas coisas. Sou a favor da SANEPAR, acho uma empresa séria, importante, útil para o Paraná, mas o mérito do assunto temos que pensar, porque se o Governo normatizar, aquela desculpa que não vai fazer ligação de água para empresa para pessoas físicas que não tem como pagar, não existe porque o Governador normatiza e fiscaliza, não precisa executar, pode ter a iniciativa privada também existindo. Não vou nem entrar na questão legal, mas vamos votar o mérito daqui para frente o Governo se normatizar e fiscalizar pode ter os dois. Como na Saúde, o Governo normatiza e fiscaliza, mas há hospitais privados. Aqui em Curitiba, o grosso do atendimento que atende o SUS são instituições privadas e filantrópicas. Da mesma forma a Educação o Governo normatiza e fiscaliza, tem escolas privadas e o Governo também tem suas escolas. Acho que esse pensamento deve ser por nós analisado.

Quero agradecer a oportunidade, acho que fui breve, Presidente.

Ordem do Dia:**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Não há oradores inscritos no horário do Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 142/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que concede título de Cidadão Honorário ao Dr. Paulo Sakai. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031/08, de 09/04/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 244/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera a Lei nº 7617, de 21/06/82, que declarou de utilidade pública a

Sociedade Irmãs Franciscanas do Coração de Jesus, com sede e foro nesta capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/08, de 02/06/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 246/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) Ação Social de Paulo Frontin, estado do Paraná, com sede no município de Paulo Frontin e foro na comarca de Mallet. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/08, de 02/06/08, em Projetos de Lei).**

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) **(Pela Ordem)**

Verificação de votação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Vai se proceder a verificação de votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Chamada nominal, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Solicito que zerem o painel os Srs. Deputados, portanto, digitem novamente as suas senhas.

Com a palavra o Sr. Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Seria bom que V. Exa. solicitasse ao 1º Secretário para que pelo menos lesse os nomes dos Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Solicito ao 1º Secretário a chamada nominal como assim foi devidamente requisitada pelos nobres Deputados Romanelli, Jocelito Canto, bem como o Nereu Moura.

Obrigada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Jonas Guimarães)

Procede à chamada nominal.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Estava aqui discutindo com o Deputado Nereu Moura a respeito sobre uma questão do Regimento Interno, a chamada dos Deputados. Acho que o 1º Secretário está lendo muito rápido, tem muitos Deputados que estão descendo dos seus gabinetes. Não tocaram a sinetinha. São 25 Deputados faltam três Deputados somente para não cair a Sessão.

Pediria a V. Exa. para que o 1º Secretário, fizesse a chamada novamente. Vai cair a Sessão por causa de três Deputados. Estamos aqui a tarde inteira, depois a imprensa vai dizer que os Deputados não trabalham.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Pela ordem, Deputado Francisco Bühner.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB) **(Pela Ordem)**

Não cabe questão de ordem, me desculpe, mas tem que estar aqui em plenário. Nós estamos aqui no plenário.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Não querem discutir com o Deputado Francisco Bühner, os elevadores...

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) **(Pela Ordem)**

O Deputado Jocelito Canto quer ganhar tempo.

(Tumulto no Plenário)

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Solicito ao 1º Secretário que continue a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Jonas Guimarães)
(Continua a chamada nominal dos Srs. Deputados).

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Vinte e cinco Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Solicito aos Srs. Deputados que digitem...

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) **(Pela Ordem)**

Já foi feita a digitação de painel, e não há quórum para continuidade da Sessão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente tem Deputados que estão entrando aí, a senhora precisaria...

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) **(Pela Ordem)**

Quem quiser verificação de votação, tem 25 Deputados, está encerrada e cai a Sessão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Não sabia que o Deputado Elio Rusch assumiu a Presidência da Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Presidenta, o Deputado Caíto Quintana está chegando, tem mais Deputados chegando...

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Deputado Jocelito Canto, tenho a certeza que a vontade de todos é continuar os trabalhos, como é vontade também da Presidência desta Casa, mas V. Exa. há de entender que neste minuto a Casa pode até estar com mais Deputados, mas a Sessão, neste momento, tem 25

Srs. Deputados presentes. **Não há quórum, portanto, para dar continuidade às votações, ao procedimento dos trabalhos.**

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 246/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 029, 061 e 210/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 533 e 778/07; 168/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 554/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4209, datado de 19/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à GISELE PACHECO BATISTA, matrícula nº 41020, portadora do RG 5.918.706-6/PR e do CPF 874.330.959-34, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/10/90, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-01, lotada na Diretoria Legislativa, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 e 21/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/06/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 648/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11656, datado de 20/11/07, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 2218/07, na parte onde consta “quinquênio compreendido entre 02/04/01 e 02/04/06”, que passa a vigorar como quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/06/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 663/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4557, datado de 27/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à MARIA LILIAN D'AMARAL BORCHARDT, matrícula nº 195, portadora do RG 3.919.930-0/PR e do CPF 301.741.989-49, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 12/11/87, ocupante do cargo de Taquígrafa, nível NDU-04, lotada na Coordenadoria de Taquigrafia, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 11/11/97 e 11/11/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05/06/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 664/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4208, datado de 19/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à MARIA CRISTINA CARRARO SANTOS, matrícula nº 40908, portadora do RG 1.912.760/PR, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/01/90, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-01, lotada na Diretoria Legislativa, nos termos do artigo 247

e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 e 22/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05/06/08.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 665/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4679, datado de 29/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à SANDRA ZAMPIER, matrícula nº 40729, portadora do RG 1.919.959-2/PR, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02/06/86, ocupante do cargo de Contabilista, nível NUD-02, lotada na Diretoria Legislativa, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/06/08.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 666/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5200, datado de 17/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOÃO CARLOS BARUSSO BUFFARA, matrícula nº 40803, funcionário estável do Quadro de Pessoal deste Poder, admitido em 27/08/81, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-01, a partir de 01 de junho de 2008.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/06/08.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 122/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 5060, datado de 11/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH GUTHER CAMATI, matrícula nº 40689, de 12 (doze) dias, a partir de 02/06/08 com término em 14/06/08, CID.10 I 26.

Gabinete da Diretoria Geral, 17/06/08.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 123/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 5114, datado de 11/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA LILIAN D'AMARAL BORCHARDT, matrícula nº 195, de 30 (trinta) dias, a partir de 04/06/08 com término em 04/07/08, CID. 10 Z 48 e D 25.

Gabinete da Diretoria Geral, 17/06/08.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 124/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 5059, datado de 11/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, IRACI TORELLI PIRES, matrícula nº 40194, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 29/05/08 com término em 26/09/08, CID.10 M 54.5 e M 50.1.

Gabinete da Diretoria Geral, 17/06/08
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 125/08.

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4783, datado de 04/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARION VARASSIN DE LARA, matrícula nº 40215, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 13/06/08 com término em 10/10/08, CID. 10 C 44.7.

Gabinete da Diretoria Geral, 17/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 126/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 5255, datado de 17/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná os serviços do funcionário deste Poder Legisla-

tivo, GASTÃO GOMES SANTOS, matrícula nº 1305, para desenvolver funções de Diretor do Gabinete do Conselheiro Hermas Eurides Brandão, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 18/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 127/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 5261 datado de 17/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, ANTONIO ALVES DA COSTA, matrícula nº 40579, de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 16/06/08 com término em 12/01/09, CID.10 I 25.1.

Gabinete da Diretoria Geral, 18/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

